

V – A Sociedade de Massas

Fernando Henrique Cardoso
Eduardo P. Graeff (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH. GRAEFF, EP., org. A Sociedade de Massas. In: *Perspectivas*: Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 49-65. ISBN: 978-85-99662-67-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

V

A SOCIEDADE DE MASSAS

CEM ANOS DEPOIS²⁴

Você estava na Europa em maio de 1968?

- Eu era professor de teoria da sociologia, em Nanterre, um departamento muito bom da Universidade de Paris, com Alain Touraine, Croziet, Lefebvre e outros grandes nomes da sociologia francesa atual. Naquela época, eu dava aula para o grupo do Cohn-Bendit. O que aconteceu naquela época? Aqueles alunos sabiam muito pouco de marxismo, e eu dava aula sobre Weber, Marx. Marcuse, eles já tinham ouvido falar, mas não tinha lido. Marcuse só foi traduzido na França em 1968 exatamente. Em inglês ninguém lia. Pois foram esses alunos que fizeram o movimento de 22 de maio que se notabilizou no mundo inteiro. Quando você olha o que eles escreviam nos muros naquela época, não há nada sobre lutas de classe. Nada sobre o imperialismo.

E os operários?

- Vinham à universidade e assistiam um pouco atônitos às discussões. O operário francês é operário, não é igual aos estudantes. É de outro mundo. No fim, você não explica o que aconteceu na França pelos estudantes, porque, afinal, os operários ocuparam as fábricas. Havia na França duas reivindicações: as salariais e sociais, e as reivindicações culturais, mais existenciais. Isso me deu uma certa idéia do mundo moderno: eu via aquelas passeatas enormes, nas quais o pessoal saía com bandeiras negras do anarquismo e cantava a Internacional, que dizia: “de pé, famélicos do mundo”, todos bem-nutridos, bem vestidos, desfilando em Paris.

Que revolta era essa?

- Não era a revolta de Marcuse. Esse achava que a revolta viria dos guetos, do Vietnã. Era uma revolta norte-americana, de uma forte realidade americana, não era a revolta francesa. Não foram os guetos que falaram na França. Foi a classe média e a classe operária. Por isso, Marcuse espantou os professores franceses — pois ele esteve conosco naqueles dias de maio — ao dizer, aos jovens assistentes de Nanterre: vocês precisam ler Platão.

E o que tem isso a ver com o Brasil?

- Passados dez anos, tanto aqui como lá esses problemas não estão resolvidos. No Brasil, embora haja a Amazônia e os bóias-frias, há uma classe média, que é como se você estivesse em Paris. Movimento feminista, comunicação visual muito rápida. Para decifrar o enigma político brasileiro você tem que juntar reivindicações que são da classe média com as que são da classe operária, misturando-as com ecologia, modernidade, etc. Aqui, em 68, havia o ideal da revolução rápida e por via militar. O golpe forte. A idéia de quebrar e instaurar o mundo novo. Lá não havia isso em nível político, mas em nível existencial. E você continua sem teoria para esses problemas. Nós ainda estamos usando as teorias do século 19. Tudo o que se generaliza perde a força. Hoje, na universidade, nos setores de ciências humanas, quase todos são marxistas, mas não sabem o que falam. Quer dizer que Marx falava de uma realidade muito viva, a perspectiva da transformação através da classe operária. Tinha o exemplo da comuna, da revolução de 48, a expectativa da crise mundial, e o Estado que não entrava na jogada. Hoje, nos setores intelectuais, as pessoas continuam excitadas com as mesmas idéias e o mundo não é mais esse. Não que não haja mais revoluções, transformações. Mas nós já não estamos no século 19. Estamos marchando para o 21, e não temos teoria para isso.

²⁴ Da entrevista a Jorge Cunha Lima, *Status*, fevereiro de 1978.

O Ocidente não está sem vetor político?

- Eu acho. Mas veja, vou formular de outra maneira. A nossa geração sentiu a crise dos modelos de transformação. Nos anos 20 tem a revolução socialista. Nos anos 30, os processos de Moscou. Nos anos 50, a crise da Hungria. Depois, aquele universo concentracionário. Então vai diminuindo o poder de atração do modelo. Tinha o modelo da China, de sobra. Um socialismo parco, mas decente. Isso deu sobrevida a muita energia política. Que aconteceu? Veio a Camarilha dos Quatro, entre aspas. Mudanças bruscas. Na América Latina, o que teve mais força foi o mito de Cuba. Mas veio de lá toda a experiência da guerrilha, que fracassou. Então, hoje você tem um mundo em que a transformação não tem modelo galvanizador.

E a permanência do capitalismo não tem sido mais freqüente do que as transformações, em concordata?

- É um dado real. Mas se você quiser ver a história num enfoque “à la Toynbee”, do fim do século para cá, verificaremos que o capitalismo está diminuindo, não se expandiu. O que você não tem são os modelos de fazer o quê. Por que Carter está dando um certo charme ao capitalismo? Porque faltam idéias-força, falta no que crer.

O socialismo europeu, o eurocomunismo está apresentando alguma novidade?

- São adaptações, mas com novidade. Seria simplista imaginar que o eurocomunismo seria uma prática para enganar capitalista, ou apenas uma adaptação, uma vacilação ou uma traição das lideranças e dos ideais comunistas. Não é isso. É que a classe operária européia aceitou os valores do parlamentarismo, da República parlamentar. O Gramsci já tinha visto isso há muito tempo. Qual era a discussão? O que aconteceu na União Soviética se entende, no mundo oriental; agora, no Ocidente não é assim. E a Itália não é uma coisa nem outra (na época dele, pois hoje a Itália está mais homogeneizada no capitalismo). O que eu acho que o eurocomunismo faz é tentar ver como é possível ter uma posição socialista, de esquerda, comunista, num mundo que não aceita a ditadura, sequer a ditadura do proletariado. Hoje o Partido Comunista Italiano não exige que as pessoas sejam comunistas para serem membros.

MAIO DE 1968: NÃO PASSOU DO COMEÇO?²⁵

Nada mais pretensioso do que tratar a história como crônica pessoal e reminiscência. Mas existe também o perigo contrário; o de não perceber o momento vivido e banalizar tudo. Contam os maldosos que nosso José Bonifácio (o de verdade) viveu em Paris alguns dos momentos da Revolução Francesa. Não se deu conta. É que é mesmo difícil perceber quando um protesto social ou uma agitação mais forte não passam de rotina e quando anunciam algo substancialmente novo. Para não parecer pretensioso, convém começar estas reminiscências contando que em 1968, sendo eu professor de Nanterre, onde ensinava teoria sociológica à classe de Daniel Cohn-Bendit, almocei com alguns amigos brasileiros e conversamos sobre a situação francesa. À mesa estavam, além de mim, dois outros brasileiros professores na França, um de economia, outro de sociologia. O convidado de honra era um político que havia sido ministro no pré-64 e visitava a Europa, continente com o qual tinha pouca familiaridade. Perguntou-nos logo: o que vai acontecer aqui?

Nós, doutamente, sentenciamos: nada. De Gaulle, como então se dizia, era o governante que mais se aproximava de Luís XIV. Com uma diferença: “le Roi Soleil” governara com o apuro popular. O General tinha apoio da massa. Por certo, dissemos ao amigo, as negociações salariais serão duras, mas a vida sindical francesa, apoiada na força política dos comunistas e socialistas, jogava uma partida conhecida. Ao plano contrapunha-se o antiplano, tudo, porém, dentro das normas da racionalidade. E os estudantes, ora os estudantes... Um mês depois, Paris virava de novo a Comuna.

É que para mim Nanterre tinha outro sabor. Eu chegara a Paris em outubro de 1967, depois de ter vivido quatro anos no Chile, na época de Frei, mas também na época em que o Che Guevara clamava pela revolta latino-americana. Em Nanterre havia muita agitação, mas ao redor de temas que, vistos do ângulo latino-americano, pareciam estar mais próximos à discussão sobre o sexo dos anjos. De fato não se tratava de anjos. Discutia-se o direito dos rapazes freqüentarem os aposentos das moças nos dormitórios acadêmicos.

²⁵ Isto É. 10 de maio de 1978.

Permissão para que as moças passassem a noite com os rapazes havia. Mas, no caso contrário, quem assegurava que as jovens pobres e desprotegidas jovens, raciocinavam tradicionalmente os administradores não teriam sido coagidas? Seria incompleto dizer que apenas os problemas existenciais atraíam a atenção. A distribuição de panfletos era intensa. Trotskistas, maoístas, estalinistas, libertários anarquistas e toda a gama das esquerdas disputavam as preferências do estudantado (e dos professores). Mas não sei se lia nos *tracts*, nem nos *slogans* — basta ver o livrinho *Les Murs ont la Parole* — as palavras candentes de crítica ao imperialismo, ao militarismo, à miséria e à exploração, que constituíam o dia-a-dia da preocupação dos estudantes latino-americanos. A polêmica francesa variava das questões relativas à liberação (a desalienação social e *peçoal*) às questões políticas mais abstratas. Por trás disso, uma desconfiança enorme frente às burocracias, inclusive partidárias e a tudo que tivesse o travo de velho, do “*déjà vu*”. (...)

É um engano pensar que Maio de 1968 correspondeu à filosofia de Marcuse, em sentido estrito. Não apenas porque ele era pouco influente entre os jovens, mas também porque a revolta que Marcuse pensou e propagou viria dos guetos, dos deserdados da terra. A de Paris, não. A seleção de matrículas para as várias escolas na Universidade de Paris se faz conforme o bairro. Os estudantes de Nanterre eram habitantes das áreas prósperas da Cidade. (...)

Não digo isso para minimizar a importância do movimento estudantil de Maio. Ao contrário. Acho que o aspecto “liberador” que ele tinha era novo. A mobilização das “*jeunes filles bien rangées*” que, de repente, se politizavam e jogavam na luta todas as angústias da opressão cultural, por exemplo, dava à luta tradicional por melhores condições de vida um verniz novo. A ação revoltada dos jovens arquitetos, do pessoal da TV e de propaganda, dos técnicos dos escritórios de planejamento e de serviços mostrava que, na sociedade contemporânea, mesmo os que não demandam pão têm um potencial favorável à transformação da sociedade.

Mas o Maio francês não foi só Nanterre, a Sorbonne e as barricadas. (...) O que se tornou politicamente importante foi a *fusão* deste aspecto com a reivindicação social dos operários e com a crise do sistema político. As negociações entre sindicatos e patrões, com mediação governamental, marchavam conforme o figurino (e como havíamos informado ao brasileiro que nos visitara em março). Até que... houve também uma rebelião de jovens operários, de operários estudantes. E começaram as ocupações das fábricas. A admoestação arrogante dos estudantes (Ah, se todos fizessem como nós...) dera frutos. A CGT, a CFDT, o PC, o PS, não controlavam mais as bases. Simultaneamente havia o debate político-institucional: renunciava-se a “*union de la Gauche*” contra De Gaulle. Se este não tivesse agido rapidamente para buscar apoio onde, em última instância, se encontra o poder nas horas de crise (De Gaulle foi à Alemanha e se assegurou do apoio das tropas de elite) teria possivelmente caído. E o PC aceitou o desafio legal das novas eleições, brechando a revolta.

Era nítido, para mim, que assistia a um movimento de outro estilo, em comparação com as “greves gerais” tradicionais; mas ele não havia encontrado ainda sua linguagem. As bandeiras negras do anarquismo e da repetição do refrão da Internacional (de pé, famintos da terra) emocionavam trabalhadores relativamente bem nutridos e a classe média tecnificada, mas revoltada. Não se estava mais no século 19, mas usavam-se os velhos símbolos. Por quê? Talvez porque (como o é hoje) não se dispusesse de uma visão do mundo íntegra, renovadora, revolucionária mesmo, capaz de dar conta da realidade contemporânea.

Naqueles dias tensos, Paris se transformou. A Cidade burguesa e exibida, fútil mesmo, virou um “foyer” de discussões. Sobre tudo e sobre cada um. Uma catarse coletiva, entre tiros de festim, espaldeações, pernas quebradas e intensa discussão política. Deu para sentir o gostinho dos grandes momentos de transformação social. E aprendi lições práticas de sociologia: as sociedades “apáticas” de repente tornam-se participantes e podem mudar; a mudança social, mesmo “revolucionária”, não é predeterminável: depende da fusão de múltiplas contradições e anseios, localizados em planos sociais distintos e motivados por valores desconhecidos. Mas, na hora da onça beber água, se não houver uma força política, uma vontade organizada que conduza a mudança e que esteja em consonância com as pressões populares, o impasse reaparece. Se houver, do lado conservador, como houve na França, uma inteligência política organizada, a ordem se restabelece. Mas não será nunca mais aquela. Pode ser pior se faltar a inteligência política conservadora (veja-se o Chile de Pinochet), ou pode ser mais contemporizadora, como a França de Giscard. Mas o equilíbrio anterior se rompe para sempre.

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE²⁶

- A questão que deve ser pensada por nós, no meu entender, é a seguinte: não se terá uma redemocratização ou uma democratização neste País sem a participação das várias camadas sociais. Obviamente, numa sociedade moderna, onde há universidade, a participação do estudante é crucial. No passado, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, o movimento estudantil desempenhou um papel não somente no sentido geral de democratização, mas muitas vezes de detonante dos processos políticos gerais. No Brasil, em particular, nos anos 60, a UNE tinha uma participação política quase que na vanguarda dos partidos.

- E não apenas a UNE, havia outros, mas a UNE cristalizando, em vários momentos, a aspiração nacional. Na verdade, nos países subdesenvolvidos, a intelectualidade num sentido amplo, desde o jornalista, o professor, o padre e, às vezes, até o técnico, encarnam em determinados momentos o ideal de mudança, e são os que propõem essa mudança. E mais do que propor e encarnar, conduzem a mudança.

- Um ponto sobre o qual nós deveríamos refletir é qual será o papel dessas organizações intelectuais e universitárias numa sociedade como a brasileira. Hoje temos uma sociedade diferenciada, em que a população está cada vez mais urbana, que passa crescentemente pelo sistema escolar e que, bem ou mal, começa a ter um princípio não apenas de representação, mas de apresentação, dizendo diretamente o que quer.

- Minha hipótese é de que na medida em que a sociedade se democratiza — a sociedade, não o regime — e que se amplia a participação social, desde os trabalhadores até os índios, passando pelas mulheres, negros e outros, seria equivocado imaginar que a participação dos dirigentes e das organizações estudantis venha a se dar como no passado. E parece que à medida que a sociedade avança no sentido democrático, os estudantes vão continuar participando, mas no seu âmbito geral, estarão ao lado, não à frente dos outros.

Marcelo Barbieri

A tese do professor Fernando Henrique nos parece justa no processo de desenvolvimento da luta democrática no País. Temos, inclusive, o exemplo de 1977, quando o movimento estudantil foi fundamental na luta democrática do povo, saindo às ruas com a bandeira democrática. E, naturalmente, depois das greves no ABC e uma série de outras, o movimento estudantil passou a ter um papel mais de acordo com o seu peso social no País.

Contudo, no momento em que estamos vivendo, a participação política do estudante tem muito a contribuir. No Congresso de Piracicaba, definimos que nossa participação se vai dar na defesa da tese da Assembléia Nacional Constituinte. Por outro lado, é bom ressaltar que hoje nossa preocupação principal é ainda com a situação da nossa universidade, com a crise profunda por que passa nossa educação.

Nesse sentido, quero colocar a questão: como é que você vê a participação do estudante a nível da sociedade e, também, com relação à solução dos problemas da educação, colocando aí o próprio reconhecimento da nossa União Nacional dos Estudantes por parte do governo.

- Eu não disse que os estudantes não devem participar, mas que o peso relativo dessa participação, na medida em que outros grupos participem, é menor. E a qualidade muda. Você deu os exemplos. Exemplos todos que são a dois níveis: um muito concreto, dizendo que é preciso mudar as condições do ensino, da vida dentro da universidade, e da representação dos estudantes dentro da universidade. E o outro muito geral: é preciso garantir a democratização, a Constituinte. Mas você não formulou em nenhum momento as palavras de ordem para os operários, as palavras de ordem para o campo, você não está formulando sobre o concreto.

- É importante notar o seguinte: ao dizer que se quer a universidade com um papel mais específico — que não quer dizer um papel menor — temos uma coisa de outra ordem, porque o específico é importante e é importante também para o político. Isso porque nós estamos num momento no Brasil e, com algum exagero,

²⁶ Entrevista com os estudantes Artur Ortiz de Araújo (4º ano de Engenharia, USP), Paulo Kliass (4º ano de Arquitetura, USP), Marcelo Tragtemberg (pós-graduando de Física, USP). Fábio de Castro Ferreira (3º ano de Computação, diretor do DCE-Mackenzie), Francisco Borba Ribeiro Neto (2º ano de Ciências Sociais), Marcelo Barbieri (vice-presidente da UNE), Antônio Carlos Nobre Santana (secretário-geral da UEE-SP) e Mauro Pereira Lopes. “Folhetim”, *Folha de São Paulo*, 9 de novembro de 1980.

no mundo, em que não se sabe muito bem o que fazer. Essa famosa perguntinha: o que fazer? que em certas épocas parecia simples de responder, se transformou numa pergunta muito difícil.

- O que fazer significa, agora, o que propor. O movimento político e o movimento social necessitam da contribuição política a partir do conhecimento específico. E isso nós podemos dar. A universidade pode dizer coisas que só a universidade pode dizer. O estudante pode dizer coisas que só ele pode dizer. Ninguém pode dar lições de como fazer greve para o operário, ou do que fazer com a terra para o camponês, mas pode dizer outras coisas. E buscar essas outras coisas parece um campo imenso de atividades.

- Nós estamos numa fase em que, muitas vezes, as pessoas formulam coisas que pensam que são novas e são velhas. Ora, o estudante e o professor, especialmente na sua relação que é ao mesmo tempo conflitiva e comunitária, estão numa posição em que devem avançar o processo novo. O que é processo novo? Falamos muito em democracia, e se deve falar. Mas o que significa isso concretamente? É apenas a Constituinte? Não, a Constituinte é um mecanismo pelo qual se vai conseguir, no seu debate e na sua eventual implementação, uma série de transformações, a principal das quais, no que diz respeito à democracia, é o mecanismo de participação. O Marcelo mencionou alguns, para os estudantes universitários. Por que não generalizar isso como pensamento? Precisamos encontrar fórmulas de participação. Se pensamos que participar são eleições ou a vida organizada dentro da universidade ou dos partidos, estamos nos enganando; porque o grosso das decisões é tomado no gabinete, no Estado e nas empresas. Mas então como é que se democratiza? Eis aí um campo imenso para os intelectuais em sentido lato, incluindo os estudantes.

Fábio de Castro

Dentro dessa sua visão de que o movimento estudantil perdeu o seu caráter de vanguarda, como o senhor veria hoje os principais defeitos desse movimento, no sentido de que, talvez, a meta principal dele não tenha sido a luta pela participação mais massiva da comunidade estudantil?

- Você já deu a minha resposta. A principal tarefa do movimento estudantil hoje é se transformar, realmente, no movimento do conjunto dos estudantes. Não adianta ter uma vanguarda desligada do conjunto dos estudantes. Não estou dizendo que seja assim, sei que não é. Mas acho que a principal dificuldade que hoje encontra o movimento estudantil é existir como movimento social, e não apenas como movimento político. E movimento social pressupõe envolver o conjunto dos estudantes nos seus objetivos. É preciso que os estudantes definam quais são seus objetivos. Nós poderemos definir em conjunto os objetivos nacionais, o que nós queremos com o País. Mas o que é que se quer com a universidade, o que é que os estudantes querem? Só eles devem definir.

- Há muitos temas que os estudantes poderiam levantar nesse sentido. Inclusive, acho que é preciso fazer um tremendo esforço para não aceitar o privilégio. E muitas vezes essa posição de não aceitar o privilégio não é generalizada, quer dizer, inconscientemente as pessoas aceitam o privilégio.

- Uma das coisas mais importantes na educação é a educação primária. E o acesso popular à educação. Por que o movimento universitário tem que levantar essa questão que não é dele? Porque é uma coisa que mostra que nós somos privilegiados. E temos que fazer um esforço para não aceitar o privilégio. Não é só dizer que o professor do ensino superior ganha pouco, mas que o professor primário ganha uma miséria, que o ensino primário é uma grande farsa. Quer dizer: levar para a questão da democratização do ensino.

- Outro item que vale a pena pensar: nós temos que mexer no conteúdo da educação. O que é que se ensina? E por que é que se ensina muita coisa desnecessária, não se ensina outras coisas necessárias? Essa é uma tarefa dos alunos e dos professores, não é do governo, não. Todo governo é conservador nessa matéria. Eu tenho a sensação de que hoje, no Brasil, a questão da universidade, quanto ao conteúdo de ensino, é básica, e não está sendo levantada com força. Essa questão tem aspectos econômicos, porque se se modificar o tipo de ensino se pode baratear o ensino e se pode dar mais acesso ao ensino.

Francisco Borba

Você falou num movimento estudantil como detonante de um movimento social mais amplo, de um processo de democratização da universidade. Acho que isso está diretamente ligado ao problema do movimento estudantil como movimento de massa. Você fala também da importância do movimento estudantil e dos intelectuais, ligando isso a um país subdesenvolvido e colocando como o processo de

democratização muda esse papel. Concordo plenamente, mas gostaria de saber como você coloca aí a situação da contradição interna do movimento estudantil, que é de fato um movimento da classe burguesa. Outra coisa, lembrando os antigos CPC, é a questão de como fazer coisas para o povo e, hoje, com o povo.

Juntando tudo isso, me parece que ainda fica faltando o fato de como se gera uma prática nova. Como é possível ao movimento estudantil responder a tais objetivos, algumas vezes contraditórios?

- O movimento estudantil em si já é um movimento de massa. Mas não das massas populares e isso deve ser entendido, pois, como falei anteriormente, considero fundamental que o movimento estudantil se transforme efetivamente num movimento de, pelo menos, certa massa. De outra forma, ficamos pensando em outras e nunca chegamos nem às nossas próprias massas. E isso cai na questão seguinte colocada pelo Borba, ou seja, essa massa não é homogênea. Na universidade temos filhos de empresários, da classe média e até uns raros filhos de trabalhadores. A universidade é um conjunto heterogêneo de pessoas que convivem umas com as outras durante uma certa fase da vida e depois vão embora com interesses diferentes.

- Isso coloca uma questão real: em nome de quem falo se eu pertencço a essa massa heterogênea? E é isso que desequilibra politicamente um sentido mais amplo desse movimento. Ele é limitado nesse aspecto, mas isso não significa que não possa atuar. A contradição não estanca, ela aguça.

- Há uma particularidade na vida universitária que representa algo em comum para todos que dela participam, sejam ricos ou pobres, brancos ou negros. Todos eles estão tentando pôr, pelo menos na ficção, a idéia de que existe uma cultura, uma ciência, um saber que deve ser trabalhado. É difícil generalizar interesses específicos, egoísticos na universidade. Sei que isso é contraditório, mas em qualquer universidade do mundo os grupos de direita que tentam fazer isso perdem. Eles se chocam contra a ideologia geral da universidade.

- Essas coisas dão margem para que se tenha, na universidade, um grau mais amplo de aceitação de idéias transformadoras. Assim, contraditoriamente, filhos das classes econômica e politicamente poderosas acabam tomando posições diferentes. A universidade não é só o reflexo da situação de classe. Ela é um reflexo contraditório que agrega uma peculiaridade: alguém tem de falar em nome do saber, do certo e do errado, do bom e do mau. E isso alarga a possibilidade de se ter uma definição de outro tipo, de que se tenha um avanço.

- Mas é preciso entender, também, a limitação no papel de vanguarda que se apresenta. O papel da universidade é o de abertura de uma frente de ação, mas não é um papel central nessa frente de ação. Então, como sai dessa? O Borba colocou muito bem: não basta ter a intenção de falar pelo ou para o povo, mas ser com o povo. Contudo, é preciso entender o que seja povo. Com qual conceito de povo se está trabalhando? E de que forma, ou, ainda, onde o trabalho do estudante, do universitário se faz necessário e importante.

- No caso brasileiro, eu não posso pensar que o Nordeste é igual a São Paulo. Não posso dizer, por exemplo, que o peso dos metalúrgicos é o mesmo no ABC e em Recife. É possível, até mesmo, que o peso do setor estudantil e intelectual seja maior no Nordeste. Essas são coisas que não podem ser esquecidas. Mas também não pode ser desprezado o fato de que numa sociedade como a nossa existem problemas sociais, reivindicações e transformações a serem feitas em vários níveis, e que não são, necessariamente, do fundo do tacho. O grande problema está, evidentemente, no fundo do tacho, mas há outros níveis. Até mesmo em níveis estritamente profissionais.

- Na França, em 1968, por exemplo, a universidade teve um papel importante que não foi necessariamente o de buscar as contradições de classe. Ao contrário, a reivindicação básica levantada no maio de 68 era cultural, civilizatória, libertária. Evidente que terminou se desencadeando um movimento mais amplo quando se encadeou com o movimento dos trabalhadores.

- Seria impróprio da nossa parte imaginar que o único trabalho possível e válido é no fundo do tacho. Há aqueles que vão trabalhar na base da sociedade, junto aos mais explorados, mas há os que vão trabalhar noutras camadas. Os estudantes estão nas outras camadas, onde também há insatisfação. E é aí que se dá a inserção mais legítima deles. O que não quer dizer que alguns deles, com condições de acesso às camadas oprimidas, não devem atuar nessas camadas também. Mas acredito que os oprimidos são capazes de reagir por sua própria conta. Onde é, então, que eu vou fazer algo? No lugar em que eu estou, porque senão seria falsa oposição minha, pois eu teria que me vestir de super-oprimido para poder fazer política.

Carlos Santana

Creio que a discussão de como fazer, de para ou com o povo — e lembro aqui que o estudante é, na maioria, proveniente de uma camada social média-burguesa que costuma assumir ar paternalista — começa na democratização da universidade para que se possa adquirir instrumentos para trabalhar com a população? Aí surge a pergunta: o que é primordial? Criar junto à população? E qual é o papel político que se tem que criar?

- Seria presunção pretender apresentar uma fórmula. Não existe um manual para isso, o que há é uma postura, uma forma de comportamento direcionado para cá ou para lá. Na verdade, qual a dificuldade real que temos? Talvez responder quem somos nós. Eu vou fazer com o povo, muito bem, mas eu vou como indivíduo? Como representante dos estudantes? Dos intelectuais? Da classe média? Esse é um questionamento válido. É preciso se legitimar para “fazer com”.

- Mas uma coisa que não podemos fazer é o strip-tease seguido de suplício. Quer dizer, lamentar que não temos condições de fazer isso ou aquilo porque somos pequenos-burgueses, ou sei lá o quê. Todos os que têm um pouco de contato com o povo sabem que existe uma porção de técnicas de luta e de vontades, e que seria ingênuo pretender ensinar. Sabem, também, que é importante se ter uma certa maturidade, uma certa capacidade de liderança, algum conhecimento para colocá-los a serviço dessas transformações e que o povo, nas suas formas concretas de organização, seja nos bairros ou sindicatos, aceita esse tipo de diálogo que não é paternalista. Para “estar com” nós temos a obrigação de usar aquilo que sabemos mais que os outros colocando o conhecimento a serviço do conjunto.

Paulo Kliass

Concordo quando você fala no papel restrito do movimento estudantil no que diz respeito a suas determinações e na forma como ele se insere na luta democrática e na atividade social como um todo. No entanto, não me parece que, no seu saldo geral, o movimento estudantil tenha procurado passar à frente ou por cima das organizações de trabalhadores. Hoje mesmo, ele está mais preocupado com as questões específicas da universidade e também em trabalhar ao lado das lutas democráticas. Mas eu não considero prejudicial ao movimento que, em vista das próprias características históricas da sociedade brasileira, a inexistência e fraqueza dos partidos políticos enquanto instituições, ele assuma, eventualmente, a frente dos movimentos de massa, como ocorreu, por exemplo, na luta do “Petróleo é nosso”.

- Não faço mais que concordar. Minha tese não é de que a UNE, no passado, tenha agido errado. A minha tese é de que a sociedade brasileira era menos desenvolvida e que, portanto, o peso relativo aparecia maior. Minha tese é de que os outros vão se ativar mais, não é de que os estudantes devam ativar-se menos, mesmo que, já que os outros vão se ativar mais, o seu peso relativo venha a ser menor. Na verdade a sociedade brasileira era menos desenvolvida e, portanto, o peso relativo do estudante era maior. Agora os outros vão se ativar mais e os estudantes terão um peso relativo menor, o que não significa que devam se ativar menos. Na verdade, nós todos, professores e estudantes, sempre tivemos a mania de falar por quem não tem voz. E tomara que isso acabe, porque a democratização implica que todos tenham voz. Nós não devemos deixar de falar, mas nossa voz deve estar afinada num coro com relação ao conjunto de teses seja dos trabalhadores, da classe média, com os setores que queiram uma transformação democrática do Brasil. Mas qual vai ser nossa voz especial? Temos que começar a pensar no que dizer porque numa sociedade complexa não basta repetir todo o mundo a mesma coisa.

Marcelo Tragtemberg

Eu queria colocar uma questão que ainda não foi levantada que é: dentro do movimento estudantil existem as reivindicações “mais econômicas”, existem as reivindicações “mais políticas”, existem as reivindicações de comportamento, de mudança de costumes. Enquanto juventude, eles têm reivindicações próprias, que passam por uma mudança de comportamento, por exigências materiais, uma integração, por exemplo, com a natureza, por uma reivindicação de liberdade sexual, de discussão de métodos anticoncepcionais. É a juventude hoje quem discute mais isso, e, em particular, na universidade. Todas essas questões são extremamente legítimas, ainda não foram assumidas enquanto movimento estudantil autêntico. Gostaria que você colocasse alguma coisa sobre isso.

A segunda questão é a relação entre o partido e o movimento estudantil num momento específico da conjuntura brasileira, como nunca se viveu antes, que é o de constituição de partidos ideológicos. Enquanto militante do movimento estudantil, sinto a importância de haver agrupamentos dentro dos setores sociais, das categorias, tendências políticas mais amplas que os partidos. Eu gostaria que você colocasse, inclusive, da sua experiência no movimento estudantil, colocando isso em função de todo o entroncamento que existe dentro do movimento estudantil, tendências sindicais e ideológicas.

- Uma das características essenciais do movimento estudantil é ser de jovens, e os jovens têm alguma coisa peculiar. Você levantou questões culturais que são muito importantes. E essas questões são específicas de uma categoria de idade: do jovem, ou pelo menos é ele que assume com mais força o relacionamento com a natureza, com o sexo, com essas formas discriminatórias de atividade social como a maconha.

- O movimento estudantil está pouco ativo no colocar essas questões. Eu diria que esse é outro campo específico e próprio do movimento estudantil, que deveria discutir essas questões a fundo, dizer o que pensa e para influenciar o resto. Em termos de mudanças de estilo de comportamento, o movimento estudantil é crucial mesmo sobre os outros movimentos. Não é imaginável que certas formas de mudanças de comportamento possam ocorrer na base da sociedade. A base da sociedade está marcada pela cultura dominante e pelos aspectos mais retrógrados dela. Ela não é só isso, tem uma relação social diferente disso e que nega isso, mas ideologia da classe dominante é a ideologia dominante, evidentemente. As formas mais conservadoras de comportamento se enraízam muitas vezes. Ora, uma coisa que o movimento estudantil pode fazer é precisamente buscar o antídoto para essas formas mais tradicionais de comportamento. É claro que para isso é preciso ter senso político, saber o que coloca, como coloca, onde coloca. É preciso entender que as camadas submetidas, muitas vezes, não estão em condições efetivas de uma mudança de comportamento. Que às vezes essa mudança de comportamento é própria das classes dominantes, ou melhor, é mais facilmente realizável nas classes dominantes do que nas classes populares.

- E isso leva a outra questão: nós estamos construindo novos partidos ainda embasados no velho. Primeiro, porque o regime é autoritário e atrapalha a formulação efetiva de alternativas. Segundo, a forma partido é uma forma velha. Em geral, o partido se choca com a mudança de comportamento. A luta pela mudança de comportamento encontra resistência em todos os partidos.

- Neste momento de constituição de partidos, é importante tentar organizar o processo de formação de partidos, fazendo com que esses partidos se enraízem na sociedade; que eles, ao se enraizarem, não fiquem ossificados e, portanto, que tenham uma força interna de transformação e que sejam varridos por corrente de opinião nova. Ao fazer tudo isso, abrimos uma tremenda luta contra o sectarismo, ou nós não vamos ter uma ação construtiva. O sectarismo existe em todos os partidos.

- Há momentos do comportamento político em que não podemos ser partidários, embora sejamos de partido. Nós temos que criar mecanismos institucionais nos quais seja possível haver a diversidade de partidos e pensamentos. Só se nós tivermos uma visão totalitária dos partidos é que vamos imaginar que o partido deva regular o comportamento das pessoas completamente. Ele deve regular no essencial, apenas isso.

- Aqui eu quero colocar duas questões. Uma, o óbvio, que todo mundo repete hoje: seria muito mau se nós imaginássemos que os partidos deveriam controlar os movimentos sociais, porque impediria o fluxo do novo, essa renovação que vem de uma conduta que não está organizada num partido, mas numa vontade de transformar um ponto dado. Segundo, é muito perigoso pensar que tudo o que é bom na sociedade está na sociedade civil e que nela o bom mesmo é o movimento e o partido está ali para conspurcar o movimento. Isso é perigoso porque sociedade civil é uma expressão que significa: as classes. Sociedade civil não é outra coisa senão as classes, ou seja, o conjunto de produtores.

- Quando o Brasil estava em pleno autoritarismo, usávamos a expressão sociedade civil porque não podíamos falar claramente em classe. Eu fui dos que mais usou isso: sociedade civil contra o Estado. Mas é uma forma um pouco falsa de explicar as coisas. A sociedade civil não é o bem contra o mal; que são os militares. Os militares pertencem ao Estado e não à sociedade civil, mas não é esse o sentido correto da expressão. Ora, o conjunto das classes é bom e é mau. Depende em que momento, que classe, etc. Não há um privilégio da sociedade civil como tal.

- Seria um equívoco pensar que esse tipo de movimento que nós estamos mencionando vai mudar a

sociedade. Ele muda a conduta, e é muito importante mudar a conduta, mas a sociedade não se compõe só de formas isoladas de conduta. Se compõe de estruturas, Estado, organizações, burocracia, instituições dominadoras. E esses movimentos são frágeis para mudarem isso sozinhos. Por isso é que o partido é importante. Partido é aquilo que organiza, estrutura e tem capacidade de propor uma alternativa ao estado de coisas que aí está. O movimento sobe e desce. Por exemplo, os movimentos contra a carestia, por aumento de salário, para obter creches. Isso tudo, num dado momento, chega no auge, ou obtém aquilo que quer, e então acaba, se transforma, ou não obtém o que quer e também acaba quanto à sua impossibilidade de conseguir. O que é mais permanente não é o movimento, é o partido, são as organizações da sociedade.

Artur de Araújo

Estabeleceu-se aqui um razoável grau de consenso na visão do papel mais estrutural do movimento estudantil. A tese dele como vanguarda social está falida há um bocado de tempo. Marcuse, logo depois de maio de 68, disse que a própria movimentação das classes sociais tem demonstrado onde está o pólo dinâmico das transformações, fundamentalmente nas classes populares. Ora, aqui eu queria que você precisasse na sua tese alguns cortes. Por exemplo, quem é o próprio movimento estudantil? Ele é um movimento de camadas médias. E objetivamente, dentro da sociedade brasileira, essas camadas médias vão ter uma relação paternalista com o restante do conjunto do movimento popular, mas elas também têm contradições com a própria estrutura social que está montada.

- O grosso do movimento estudantil é composto por pessoas que pertencem às classes médias. Mas, o que é classe média no Brasil? Para começar, essas classes médias brasileiras não se compõem, grosso modo, da pequena burguesia. Esta, o nome já o diz, é uma burguesia pequena. É uma camada que foi extremamente importante na Europa do século 19 e, no século 20, em certas estruturas sociais existentes hoje, no Brasil, teve um peso grande. Entretanto, nós estamos na fase de uma economia capitalista oligopólica internacionalizada. Uma economia que está baseada na grande unidade de produção, na grande empresa; não é totalmente monopólica, geralmente há uma certa competição entre duas ou três grandes gigantes estatais ou multinacionais, embora também existam privadas e isoladas.

- Esse tipo de organização da economia é baseado numa tecnologia extremamente diferente do que foi no século 19, uma tecnologia que significa uma transformação nas forças produtivas, uma revolução comparável à Revolução Industrial nos séculos 18 e 19. A gente tem que estar com o olho aberto: o nosso mundo é novo. Nós não estamos vivendo no mundo descrito pelos nossos avós, não estamos no século 19. E, se isso é verdade, seria de pasmar que a estrutura da sociedade ficasse igual ao que era antes. Nós temos hoje um sistema de organização econômica que é não mais competitivo, é oligopólico e, se ele se internacionalizou, é natural que a sociedade tenha se modificado também. Evidentemente não estou dizendo que se modificou no essencial. Temos ainda um sujeito que é proprietário desses meios de produção e outro que não é. Mas os não proprietários são muito mais numerosos e diferentes.

- A pequena burguesia era composta de pequenos proprietários. Hoje, o grosso da classe média não é de pequenos proprietários, é de assalariados. E quando eu escrevi tantas vezes: “partido dos assalariados”, não foi por medo de dizer proletariado ou para esconder uma posição ideológica. É porque nós não estamos mais numa época em que se possa usar essa expressão, “proletariado”, com o mesmo sentido que se usou no século 19. Hoje, é claro que tem proletário senso estrito, é claro que são eles que levam o desenvolvimento, a acumulação, produzem a mais-valia, etc. Mas a economia, ao contrário do que foi no século 19, não está baseada na expansão relativa maior dessa camada, que não é a que mais cresce. O proletariado industrial não cresce mais do que os outros assalariados, cresce menos. O sistema, no seu conjunto, explora a todos, quase que de forma equivalente.

- Um sujeito que trabalha como funcionário, em qualquer função, mas sem ser operário, mora mal, pega o sistema de transporte pesadamente mau, sofre a poluição, sofre o efeito da fragmentação do interesse provocado pela sociedade de massas. Essa classe média passa por universidade buscando se diferenciar um pouco do resto dos assalariados. Diferenciar-se pelo seu saber, na expectativa de uma posição, melhor, salário melhor, etc. Logo ela vai se defrontar com a realidade: o mercado para o assalariado universitário é oscilante e, em certos momentos, muito ruim.

- As camadas que estiveram numa situação de melhor categoria hoje estão numa situação difícil. A ascensão é barrada no econômico por leis de mercado que o equalizam com os outros assalariados. Por que é

que médico fez greve o ano passado? É porque ele se transformou, deixou de ser pequeno-burguês, pequeno proprietário dos seus bens de produção. Todos são empregados. A classe média é assalariada e explorada. E é por isso também que nós temos que assumir o que somos.

- A relação social de produção é, agora, diferente. O operário é uma coisa e um assalariado é outra. Mas a forma social de exploração do sistema equaliza e uma série de problemas são comuns. E se você levantar esse problema dos comuns, que é o problema do transporte, habitação, do Prev-saúde, enfim, desses milhares de problemas que estão aí, eles pegam a todos nós de uma forma ampla. E é isso que permite, no que tem de específico, o intelectual não ser mais pequeno-burguês, um pequeno mandarim. Alguns ainda podem, mas o grosso não vai ser nada disso. É ilusão pensar em ser o grande mandarim, ele vai ser um assalariado, que vai cumprir uma tarefa normal numa sociedade desse tipo e vai se equalizar no seu modo de viver, com outras camadas que não passaram pela universidade. Ele vai talvez se frustrar por isso, mas se tiver uma consciência política vai entender que é assim e vai estar “junto com”, sem pensar que ele é diferente, porque ele não é diferente. Ele vai ser cada vez menos diferente do que foi no passado.

Mauro L. Lopes

A gente ficou com algumas questões gerais, eu queria entrar por algumas mais específicas. Primeiro, por uma avaliação do rumo que vem tendo o movimento estudantil nos últimos tempos, em direção de uma proximidade cada vez maior com o restante da comunidade universitária. Ele vem dando margem para que uma série de respostas sejam elaboradas conjuntamente pela comunidade universitária como um todo, não pelo movimento estudantil universitário de forma isolada. Por exemplo, com relação à questão do dia-a-dia da universidade, do conteúdo do ensino, dos cursos, do ensino privado, etc.

- A questão é muito difícil porque existe um problema de mercado no sentido privado do estudante, e que o leva a precisar de um saber profissional para fazer a sua carreira. Não obstante, acho que, se o movimento estudantil quiser ser realmente inovador, não pode partir dessa perspectiva.

- Essa é a perspectiva dominante, porque é dada pelo sistema existente. A função inovadora não é reforçar isso. Já a tendência da universidade leva a atender a necessidade dos interesses predominantes na sociedade. Se não houver uma contra-tendência ela não faz mais do que isso. A função politicamente inovadora é a de mostrar o outro lado, pensar em termos de ensino que sirva à realização cultural da personalidade, da geração, que dizem respeito à situação do povo.

- Eu não creio que haja uma contradição insuperável entre um saber técnico competente e uma preocupação popular. As pessoas podem ter um certo conhecimento e usá-lo tendo em vista resolver os problemas que interessam aos trabalhadores, à maioria da população, ao País, aos ideais que se quer. Uma coisa bastante útil na universidade é, realmente, quando se consegue que haja um mínimo de contato entre a experiência de ensino e a prática social: Pesquisa é uma coisa útil por isso, se for feita com seriedade.

- Há uma infinidade de questões que surgem em contato com a realidade. Vai se discutir o problema de saneamento básico, vai se fazer um estudo alternativo das formas de saneamento, sobre o problema de nutrição. Em qualquer disciplina, é possível levar a reflexão do que está acontecendo no País. Não vai resolver nada, mas ajuda. Ajuda porque leva o estudante a ser confrontado com outras realidades. E eu acho também que a universidade, não a estrutura universitária, mas o movimento estudantil, podia tentar certos outros tipos de ação, sem que seja ação política partidária, ou sem essa pretensão vã de que vai lá para ideologizar a massa. A massa, embora a ideologia dominante esteja lá, tem antídotos para isso, ela é capaz de caminhar sozinha e a sua crítica não precisa do estudante. É bom aprender certas coisas, mas não precisa do estudante.

- Uma idéia boa foi, no Brasil, manipulada pelo governo, o Projeto Rondon. Isso é uma coisa interessante. Você não vai resolver os problemas da comunidade diretamente, mas pelo menos vai ter consciência de que eles estão lá. E por outro lado, o sujeito que está lá vai ter a sensação de que talvez haja alternativas para o que ele está sofrendo.

- Nada impede que no Brasil os estudantes resolvam atuar em certas áreas sociais. Na Europa muito freqüentemente havia aquelas brigadas de trabalho, em que estudante, nas férias, vai trabalhar. Por que nós não fazemos aqui experiências desse tipo, organizadas pelo movimento estudantil?

POR UMA NOVA UTOPIA²⁷

O senhor poderia analisar causas e razões que permitiram o avanço significativo da direita na Europa Ocidental?

- Eu acho que, na Europa, o avanço da direita se deve a dois fatores. O principal diz respeito à situação econômica, às dificuldades, à crise — não só a provocada pelo petróleo, mas também a crise do emprego. O outro fator diz respeito aos partidos de oposição, que não estão sendo capazes de formular o novo. Então, aconteceu o desgaste da esquerda. Na crise, havendo o desgaste, a opinião pública se volta para o que lhe parece mais seguro, vota no mais conservador. Simplesmente porque, quando a população não vê um caminho, ela prefere não mudar. Os grupos ideologizados, os intelectuais, a vanguarda, sempre estão dispostos a ir para o desconhecido. Mas não é assim para a massa da população. A massa da população só avança se perceber que aquele passo não a leva para o abismo. Mas, quando ela pressente o abismo, recua...

E de onde vem a incompetência das esquerdas para formular o novo?

- Para mim, vem do peso imenso que o século 19 deu ao pensamento de esquerda, que ficou muito amarrado ao que foi a Europa no século passado. Mas o mundo mudou. Não que tenha desaparecido a exploração do homem pelo homem, nem que as potências européias não desempenhem um papel imperialista. Entretanto, aconteceram várias revoluções tecnológicas. Hoje em dia, nós estamos assistindo a transformações mais importantes do que a realizada pela Revolução Industrial. Mas há quem não leve isto em consideração. Temos a energia atômica, que liberou uma força enorme, de cunho novo, que muda o mundo. Tem-se a revolução do sistema de transportes, a revolução das comunicações. Aconteceram revoluções importantes, que afetam o modo dos homens se relacionarem uns com os outros; e é curioso que a esquerda, que sempre diz que as forças sociais de produção são muito importantes e que elas condicionam a economia, não aplica a si própria essa idéia, achando que, apesar dessas revoluções todas, num mundo em que existe a televisão, você pode continuar fazendo a vida política simplesmente através do comício, da agitação. Há um descompasso entre a ciência social e a realidade. A realidade avançou, mudou, e hoje em dia há mais condições para transformação do que há 100 anos. E, não obstante, quando se vai conferir, depara-se com um imenso número de citações defasadas, adequadas para descrever situações do passado, mas que hoje não têm mais sentido. Ainda assim, muita gente pensa que está inovando quando na verdade está repetindo coisas já caducas. E — para mim, esse é um ponto muito significativo — as esquerdas, além do mais, têm dificuldade em absorver as demandas contemporâneas, as reivindicações em relação ao meio ambiente, as reivindicações das mulheres, das minorias. Isso precisa ser absorvido por um pensamento político criativo. Mas a esquerda está vindo a reboque, muitas vezes. Depois ela tenta absorver, mas geralmente, quando absorve, tenta enquadrar, tenta botar tudo isso dentro de um molde que não é adequado. Quer dizer, falta um certo conteúdo liberador na postura política de uma boa parte da esquerda. Quanto à direita, ela não tem isso mesmo. Não é o objetivo dela. Portanto, esta é uma questão importante a ser considerada: como é que se vai absorver, reabsorver ou produzir algo novo a partir dessas demandas que são também novas. Além do mais, uma coisa me chama muito a atenção: nos países socialistas, o comando é gerontocrático, dos velhos, e esse é um detalhe importante, pois significa que o acesso não está aberto às novas camadas. Ora, em um país como o nosso, em que a população é jovem, só há futuro político se os jovens falarem.

Não estaria aí a prova da falência das ideologias tradicionais?

- Até certo ponto isso é real. Hoje em dia, é preciso criar uma utopia nova. Atualmente, tem-se uma situação no mundo em que a abundância já existe, e, ao lado dela, a pobreza. Isso é um dado novo na história. Sempre houve ricos e pobres. Porém, nunca foi possível acabar com a pobreza. A riqueza existente, a base material das civilizações, não era suficientemente poderosa para colocar todos em um nível razoável. Hoje é. O que é específico do nosso mundo contemporâneo é que a pobreza é um escândalo, porque ela não é mais consequência, uma vez que não há necessidade dela para que a riqueza aumente. Em certas circunstâncias, pode-se ter bolsões de miséria que são quase independentes da riqueza. A riqueza continua

²⁷ Da entrevista a Wilson Teixeira Soares, *Ele e Ela*, de fevereiro de 1981.

aumentando sem que ela esteja baseada nesta miséria específica.

Então, por que esses bolsões de miséria continuam existindo?

- É escandaloso que eles se mantenham. Nós estamos, atualmente, diante de uma situação em que é possível uma utopia prática, em que se pode realmente mudar a situação. Mas, por que não se muda? É claro que os interesses constituídos são uma barreira, mas não é aí que está o empecilho. A grande dificuldade é que não se tem força para quebrar a barreira, uma vez que não se tem capacidade mobilizadora; e não se tem essa capacidade porque não se está colocando no horizonte uma utopia viável. O pensamento utópico do século 19 foi o socialista, e ficou no horizonte uma idéia generosa: todos vão ser iguais. Hoje, até certo ponto, as desigualdades gritantes podem acabar. Antigamente, imaginava-se que deveriam acontecer as transformações de base. O mundo contemporâneo, porém, criou grandes burocracias e um Estado muito forte. Então, hoje, pouca gente acredita que simplesmente mudando a propriedade as coisas estejam resolvidas. Afinal, as burocracias estão aí, e o Estado também. Portanto, para se propor algo que tenha força, tem-se que distribuir melhor a renda, organizar a produção de uma maneira mais razoável. Só assim nós vamos ter um mecanismo de contrapeso ao Estado e à burocracia, porque ninguém está disposto a alienar a sua individualidade e a sua liberdade em favor de uma idéia geral se não encontrar o caminho que garanta que, efetivamente, o horizonte vai melhorar. Nesse sentido, eu acho que estamos diante da necessidade de novas utopias, de uma nova ideologia de transformação.

Apesar da necessidade de novas utopias, como o senhor disse, será este um processo de gestação demorado, ou já há algo latente?

- Acho que elas começam a nascer. Já existe, primeiro, um pensamento de reivindicação da dignidade humana, que é muito forte. Segundo, no Brasil, pela primeira vez, sente-se que há um imperativo de respeito à autonomia dos grupos sociais. O político, hoje, se pensar que vai levar no bico os operários, os moradores da periferia, a igreja, os sindicatos ou os estudantes, se engana. Ainda há no Brasil estruturas mais tradicionais, que funcionam desta maneira, mas ao mesmo tempo já existe uma forte afirmação de autonomia dos grupos sociais. Passa-se assim a ter-se uma sociedade onde o problema da democracia não é pensado apenas como problema do Estado ou do regime. É pensado como uma prática, no cotidiano. O problema brasileiro, para a formulação de uma ideologia, é que se partilha ao mesmo tempo desse mundo mais avançado ao nível dos países super-desenvolvidos, e do outro lado do país, que ainda está no pântano do atraso. Tem gente que quer posse da terra, que está sendo expulsa, que não possui carteira de trabalho assinada, etc. Nós temos que ter uma formulação política que não esteja simplesmente olhando para os grandes temas universais. Mas também não podemos olhar simplesmente para este outro setor.

A partir de 1960, a televisão brasileira ganha um impulso poderoso, começa a se transformar totalmente, e entre 1960 e 1980 evolui 100 anos em 20. Para o senhor, qual o peso e a importância da televisão no processo de transformação da sociedade brasileira?

- Numa sociedade do tipo da nossa, uma sociedade de massa, há uma certa homogeneização do gosto, das aspirações, etc. E qual é o grande aparelho homogeneizador? A televisão. Por isso, acho que se não tivermos uma noção muito correta da importância da televisão na sociedade não sairemos nem do impasse político. Não vai haver democracia efetiva se não houver um mecanismo razoável de debate político e de acesso à informação pela televisão. Conforme o programa, atinge-se uma platéia imediata de 20 milhões de espectadores. É um impacto brutal. É claro que esse tipo de impacto obriga a um certo senso de responsabilidade por parte de quem manipula a televisão. Mas no duplo sentido. Tanto no sentido daqueles que dela dispõem, como por parte daqueles que vão vê-la eventualmente. Ambos têm que ter uma noção de responsabilidade do que estão fazendo. De uma certa maneira, a televisão, abstratamente, permitiria o sonho da democracia grega: todos podem se informar e opinar. E já há nos Estados Unidos aparelhos de respostas imediatas, computadorizadas, através dos quais se pode fazer perguntas e ter respostas com muita rapidez. Então, a televisão é um instrumento que, no plano político, tanto pode ir para a ditadura, se ela for usada para mistificar e para limitar a informação, como pode ser um instrumento fundamental de abertura democrática, se for utilizada como instrumento de informação efetiva e de debate. Porque esta é a questão central da democracia. Não basta simplesmente levar as pessoas a dizerem sim ou não. O importante é saber se o indivíduo tem informações suficientes sobre os temas que estão sendo debatidos, para que seja válido o sim

ou o não. Por isso o voto, do ponto de vista democrático, é o voto consciente. Portanto, a televisão deveria ser o grande instrumento de articulação do debate nacional. E, no Brasil, a televisão raramente levanta a questão. Ela geralmente acaba com a questão, ela dá a resposta. Ora, isso é mau, porque ao dar a resposta, ela manipula. A televisão tem que levar a questão, debatendo, formulando e dando resposta, ela manipula. A televisão tem que levantar a questão, debatendo, formulando e dando respostas alternativas às perguntas.

Atualmente, debatem-se os grandes problemas nacionais. Entretanto, os microproblemas, que afetam o povo de perto, parecem postos de lado. Não estaria havendo uma distorção por parte dos políticos?

- Nós estamos intoxicados de partidos e de parlamento no Brasil. O debate político, compreensivelmente, depois da ausência dos partidos e do parlamento, concentrou-se nos chamados grandes problemas. E isso, até certo ponto, é empobrecedor, porque os problemas da população são outros. A população ainda nem se deu conta de que houve transformações partidárias, essa é que é a verdade. Não sabe nem os nomes dos partidos. Mas sabe que a rua está esburacada, que tem fila no INAMPS, que o custo de vida está subindo e que não tem emprego. Acho que o problema dos partidos é conseguir unir a importância do debate parlamentar com a reivindicação específica da sociedade. Até agora não se encontrou a fórmula. Veja-se o que aconteceu com o Lula. Tinha-se a impressão de que ele possuía mais penetração antes do que tem agora. E quem fala por essas pessoas? É a Igreja. Por que, de repente, uma pessoa como Dom Paulo aparece como símbolo? Porque a sua conversa é o sofrimento do povo e a autonomia do povo para resolver seus problemas. E eu não acredito que seja obrigatoriamente necessário que o povo se organize através do partido. Pode até resultar em totalitarismo se se pensar que os partidos é que vão organizar o povo. Não é bem assim. É mais complicado. O povo se auto-organiza, sindicato existe, a Igreja funciona, assim como a associação de bairro, a universidade e a imprensa. A sociedade moderna é muito complexa, e os partidos são uma parte disso. Quem pensa que o partido vai organizar tudo isso tem uma visão do século passado. Mas o partido é importante, porque, pelo menos em algum momento, ele tem que provocar aquele curto-circuito que leva à reivindicação do buraco da rua com a reivindicação de não vincular o voto nas eleições. Essa é que é a função do partido. No caso brasileiro, pela tradição, isso só vai acontecer com mais força quando se começar a discutir eleição. Porque, para o povo, política é uma coisa de que ele não participa, salvo o momento das eleições. E eleição, no Brasil, é festa. Sempre foi assim. Mesmo no pior período da repressão. Aquele cidadão que a gente pensa que não sabe nada vai para a cabina fechada, e pau no governo. Quem, durante a campanha, conseguir juntar a reivindicação específica do povo com a demanda de liberdade, esse ganha. Quem não for capaz não leva. E não está claro quem é que vai ser capaz.

Portanto, para o senhor, é um erro estratégico sonhar que os novos partidos brasileiros vão, tão-somente eles, aglutinar e representar o povo.

- Essa é uma idéia da esquerda em geral, de que o partido é o instrumento de organização do povo. Ele é, mas é um instrumento limitado. Na sociedade moderna, o papel dos partidos não é mais o que pode ter sido em algum momento do passado. Ele vai ser importante nas eleições, ele é importante para levantar o debate, para controlar o Estado. Mas ele não é suficiente para organizar o conjunto da sociedade, nem mesmo para processar as demandas da sociedade. O partido não vai conseguir fazer tudo isso. E outra coisa: no Brasil, o Estado sempre teve um peso muito grande. Uma parte das demandas que em outros países passam pelo partido em nosso país passam pelo Estado. No Estado brasileiro, mesmo no regime ditatorial, sempre tem dois, três lados. Em regimes mais estruturados, não pode haver um ministro que pensa uma coisa e outro ministro que pensa outra. No Brasil tem, e a imprensa está sempre soltando a fofoca. Que vai cair aquele ministro, que esse está fraco, que não sei quem está forte. E é aquele negócio: onde há fumaça, há fogo. Aqui em São Paulo, as comunidades reivindicam muito, mas reivindicam diretamente ao Estado. Os partidos não estão no meio. O que aparece são as organizações populares. Isso não quer dizer que essa massa vá ser cooptada pelo Estado. Não vai. Na hora de votar, votará em um partido da oposição. Mas há um mecanismo de pressão sobre o Estado que não passa pelos partidos, indo diretamente da base ao Estado. Por isso, é preciso que não nos enganemos, pensando que o partido vai ser o grande instrumento que antecipará, na sua forma, a sociedade futura.

A juventude foi alijada do processo político. Agora, qual a fórmula, se é que há, de se atrair este rebanho desacostumado da política partidária, e em grande parte totalmente incrédulo a respeito do assunto e que, inclusive, quando ouve falar em política, não tem consciência de que este jogo faz parte de sua vida?

- Eu não sei se há uma fórmula, mas eu acho que, seguramente, por um lado, passa pela televisão e pelo rádio. Por outro lado, é responsabilidade daqueles que tenham alguma coisa a dizer, e que não dizem. Se nós deixarmos a política apenas para os profissionais, a juventude não vai se juntar, nunca. Nada horroriza mais a juventude do que as pessoas que são profissionalmente manipuladoras. Mas na medida em que você tem o cardeal que opina, o padre que opina, o empresário que opina, o professor que opina, então a política passa a ser outra coisa. É claro que eu não estou querendo alijar o político profissional, mas ele não pode ter o monopólio. A política é uma especialização.

A POLÍTICA DO COTIDIANO²⁸

Mulheres, em geral, não querem saber de política. O que você diz a isso?

- Por lidarem com a distribuição de poder na sociedade elas fazem política. Quando aceitam tudo como está, fazem política conservadora; se desejam conquistar maior espaço, promovem transformação. Mudar a relação das pessoas, seja no emprego com os colegas ou com o marido em casa, é política — e importante. Apenas, não é partidária.

Como se faz política de transformação em casa?

- Não aceitando e agindo. Por exemplo, um homem acha que mulheres não devem trabalhar e a esposa dele discorda. Ambos podem passar o resto da vida discutindo, sem mudar nada. Se esta mulher, contudo, arranjar um emprego, obrigará o marido a repensar o assunto. Como dificilmente ele vai querer uma separação, acaba por aceitar e muda-se o relacionamento. Isso é política no cotidiano. Mas a mulher também faz política durante campanhas eleitorais; embora considerando os partidos pouco importantes, ela debate os temas e toma posições. Aliás, esse debate deveria ser cotidiano, com ajuda dos meios de comunicação. Por exemplo, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) pronunciou-se contra o acordo atômico. Então, cada um de nós deve preocupar-se com isso. Vale a pena ter um acordo atômico? O que é esse acordo? Precisamos de energia atômica? Ela é para fazer bomba? Tem fins pacíficos? Isso é política, não politicalha. A população deve participar. Precisamos das mulheres.

Você realmente acha que mulheres podem influir na questão atômica?

- Claro. Primeiro informando-se, entrando em contato com pessoas envolvidas. Depois, num dado momento, participando de reuniões, indo às ruas; colando dizeres no automóvel. Não deveríamos ter vergonha de colar no carro opiniões em defesa da ecologia.

Não será por medo?

- Não da polícia. Sentimos medo do vizinho, de outros acharem que somos subversivos ou ridículos. Depois de tantos anos de regime autoritário, ficamos sem ousar as coisas mais óbvias.

E aquela história de que dona-de-casa é para ficar em casa, estudante na escola?

- Se cada um aceitar a idéia do “cada macaco no seu galho”, Igreja para rezar, escola para estudar, militares para mandar, não tem jeito e eles vão continuar mandando. Claro que a dona-de-casa tem de cuidar da casa. Mas não é só isso. Ela precisa ir à universidade estudar, depois trabalhar. Ela, a estudante, a funcionária, a médica, a operária, a secretária, devem entrar num partido político, votar, se candidatar, serem eleitas. E cobrar: olhe lá o preço da carne, do feijão! Faltam escolas, transporte! E os assaltos? Partidos políticos não podem ser apenas instrumentos eleitoreiros. E quem diz que estudante que faz política não progride, não diz a verdade. Vários colegas meus são grandes intelectuais e a vida inteira participaram da política. Todos somos responsáveis pelo todo, que é o conjunto da sociedade.

No entanto, até mulheres interessadas em política não se envolvem em política partidária.

²⁸ Da entrevista a Judith Patarra, *Nova*, novembro de 1981.

- Bem, poucas são as mulheres que participam de qualquer coisa. Mas quero fazer uma observação: em conferências e debates, quase sempre toco no tema das minorias que, na verdade, são as maiorias marginalizadas na vida política: mulheres, negros. E no interior do Estado, que a gente pensa que é conservador, muitas mulheres se manifestam; freqüentem ente até observo o constrangimento que isso provoca nos maridos.

Quer dizer que está havendo mudança? E por quê?

- Graças, em boa parte, à universidade. O número de mulheres universitárias aumentou muito e lá dentro abre-se o horizonte para a participação.

Mudou alguma coisa na sua casa depois que você entrou na política?

- O relacionamento familiar fica atrapalhado porque muitas vezes há reuniões políticas à noite ou nos fins de semana. Não existe solução fácil — o problema é um pouco tenso. As pessoas podem disfarçar ou diminuir o conflito, mas ele é real: o que você faz com o seu tempo? Dá a seus próximos? A quem você quer bem? Ao público mais amplo? Você tem de encontrar um equilíbrio, difícil principalmente para gente como eu, que se joga muito, se emaranha nas coisas que está fazendo. A questão precisa ser posta e repostada quase permanentemente. Há momentos onde a família deve preponderar e outros onde ela tem de compreender que é a vez do político. Não digo que existe uma fórmula; digo que é possível conviver com o problema.

Conviver com conflitos.

- Uma boa relação não é a inexistência de conflitos, mas a capacidade de lidar com eles. No caso de minha família a pessoa-chave não sou eu mas minha mulher, que sempre teve posições mais maduras e construtivas. Aliás, por toda parte, as mulheres são mais interessantes que os homens — possivelmente porque eles sempre foram os dominadores e não tiveram o desafio. As mulheres estão desafiadas e mostram maior riqueza e sensibilidade na percepção dos problemas.

E esses homens podem ser bons companheiros?

- Amor é uma coisa da cultura — muitos povos nem sabem o que é isso — e em nossa cultura criou-se um estilo que é o amor entre desiguais. Amor entre iguais, ou entre companheiros, é uma experiência muito nova, de algumas décadas; é um amor em que ambos se respeitam e se atribuem graus de liberdade semelhantes. O ponto crucial é que uma relação amorosa tem ciclos; não se gosta das outras pessoas estavelmente, do mesmo jeito, com igual intensidade — em particular da pessoa com quem se vive. É uma ilusão pensar que se tem um pique constante; o próprio pique vai e vem. Quem imagina que, para ser feliz, tem de obrigatoriamente viver no pique, não vai estar bem nunca. Você tem que compreender o ir e vir, dar uma certa corda, conceder tempo ao tempo quando as coisas estão mal — em outro momento se recupera, não é? Então, acho necessária uma concepção menos romântica do amor para ele ser estável no sentido do companheirismo.

Portanto, há aí uma espécie de opção.

- Opção e decisão de tolerância. Você não consegue ter uma relação longa se não for tolerante — a não ser que seja tão intolerante que submeta o outro. Não sendo submetido vai haver momentos de fricção e é preciso entender e acreditar que as coisas se reconstituem. Do contrário, a relação quebra logo.

Em geral, não somos tolerantes.

- Porque absorvemos o autoritarismo da nossa sociedade. Vamos lembrar de onde ele vem: de uma sociedade criada sobre quatro séculos de escravidão. Esse autoritarismo se repôs na sociedade contemporânea sob a forma de uma burocracia prepotente — o Estado é que manda. Na vida cotidiana, o autoritarismo se manifesta no modo como falamos com os filhos, ou dizemos “não”, ou tratamos as empregadas. Veja como crianças as tratam; supondo que não são seres humanos.

Você não “herdou” certo autoritarismo do seu pai? Ele era um general.

- Meu pai nunca foi um autoritário. Rigorosamente democrata e homem muito aberto, era liberal, tolerante, com sentido absoluto de moralidade pública. A tolerância dele me marcou profundamente. Agora, ao contrário das gerações atuais, as passadas — inclusive a minha — não faziam confidências facilmente; o subjetivo era recalcado. Hoje observa-se que ao menos numa camada da sociedade houve grandes mudanças culturais: a divulgação da psicanálise, o reconhecimento público da subjetividade, maior liberdade. Tenho duas filhas e nem se coloca a questão de saírem ou não à noite, ou que relação têm com o namorado.

Entre tudo o que você já aprendeu na vida, qual a lição mais importante?

- Que as coisas são difíceis, exigindo certa humildade — não total — e perseverança com tolerância, para mudar com esperança. As coisas que mais atrapalham hoje são a intolerância, o dogmatismo, a presunção de quem acha que tem o monopólio da moral, ou a falta de generosidade daquele que é intelectualmente superior e disso se aproveita para acachapar o outro.

Você, por formação, é um “inventor de sociedades”. Como seria a sua nova sociedade brasileira?

- Creio que nossa sociedade está cansada da fórmula do econômico-social. Falta uma dimensão estética, quase psicológica. Então, pronto, está aí a sociedade que eu inventaria: igualdade com soltura; liberdade no plano pessoal.

ELIS REGINA²⁹

Hoje eu não quero escrever sobre política. Chega de pacotes, prorrogações, reeleições, sabujices de toda ordem. Há dias em que, por respeito a sentimentos genuínos, não dá para perder tempo com tanto lixo, tanta desonestidade e tanta ousadia de mequetrefes, que viram manchete de jornal por melhor servir ao poder desservindo ao País.

Morreu Elis Regina.

Não cheguei a conhecê-la pessoalmente. Admirei-a de longe, como todo mundo. Recebi dela, certa vez, um bilhete que dizia: “Professor, será que vai receber meu voto sem nos conhecermos?” Foi no dia em que ela fez um “show” e doou a receita para ajudar a campanha eleitoral. Campanha quase sem recursos. Mas os que vieram, vieram assim, no embalo da generosidade.

Eu não pude sequer ir ao “show”. Estava imerso no cotidiano da campanha, sei lá por onde neste São Paulo imenso. Enviei a Elis um livrinho de entrevistas à imprensa. E fiquei amargando, agora para sempre, a falta do abraço de reconhecimento. Anos depois, conversamos pelo rádio. Fiz-lhe uma pergunta genérica sobre sua participação na vida política e recordei, envergonhado, minha dívida: faltava aquele abraço.

Hoje dá tristeza. Elis Regina não se interessava por política no sentido banal. Era uma intérprete, como poucas, do sentimento que há nas ruas e em cada um de nós. Não sei se jamais foi “partidária”. Tinha, por certo, partido. Tomava partido. Em tudo: basta ouvir suas entrevistas. Sabia-se tímida, achava-se feia; era pequenina. E naquele peito, naquela voz, tremia muito sentimento. Das coisas fundamentais; das pessoais. No canto, não explodia revoltada contra a ordem injusta: não precisava. Bastava ser, como era, capaz de sentimento mais simples para, sem nada dizer, dizer tudo.

Parece que morreu no desespero. Por não saber e por respeito, é melhor não conjecturar. Morreu triste. A morte é sempre triste. Tinha, possivelmente, um livro em aberto de ajustes de contas pessoais.

Mas deixou esperança: um País que produziu, apesar de toda a canalhice que por aí reina, uma mulher capaz de ser mensagem, e mensagem captada por milhões de pessoas, sem nenhuma demagogia e de não precisar da retórica para que todos sentissem que ela era, era sim, parte da política verdadeira dos que querem mudar tudo para que a tristeza não esteja sempre pontilhando o sucesso de cada um — um País que produziu Elis Regina não está perdido.

Eu choro hoje pelo abraço que não dei. Choro pelo que de sofrimento há espalhado nestas ruas de São Paulo de adeus a quem venceu sem encontrar o sossego. Mas enxugo a lágrima na certeza de que o estofo

²⁹ *Folha de São Paulo*, 21 de janeiro de 1982.

deste tipo de artista é o arcabouço de um mundo que, a despeito de tudo, ainda será construído.

O SENTIMENTO DO NOVO³⁰

Do ponto de vista sociológico, como se analisa esta participação maciça dos artistas na campanha política deste ano?

- Eu fui candidato ao Senado em 78, e foram os artistas que me ajudaram violentamente. Devo muito aos artistas ter conseguido alguma coisa. Agora, este ano, a coisa se generalizou. Isto tem a ver com a democratização da sociedade. E, não só, tem a ver também com a inquietação dos artistas. Nós passamos no Brasil, ao mesmo tempo, por um processo político de democratização, de forçar a abertura, como passamos por um processo social de mudanças profundas, que está pondo em jogo um padrão de civilização. As antigas verdades ficam um pouco abaladas, as novas não estão claras e os artistas são pessoas sensíveis que intuem muitas vezes que algo novo está acontecendo, sem saber muito bem o que, por que e como. Isso dá a toda uma camada de gente — cineastas, atores, músicos, cantores, compositores, romancistas — uma vontade de expressar seus sentimentos. Eles estão expressando seu apoio político aos vários partidos ou candidatos, mas por baixo disto estão expressando que o mundo está mudando e que precisa mudar.

Nós temos pela primeira vez no Brasil uma ministra. Como o senhor vê isto politicamente e, também, em relação ao movimento de mulheres no país, que às vezes se retrai e outras avança?

- Apesar da ministra Esther de Figueiredo Ferraz ser uma pessoa de formação conservadora, professora de Direito em São Paulo, muito dedicada, mas de formação e de visão política conservadora, é importante que uma mulher tenha sido indicada como ministro. Isto é sinal do que eu disse antes, de que as coisas estão mudando, que até mesmo os governos conservadores, como o nosso, são obrigados a tomar uma posição diante dos fatos. E como não se trata de um conservantismo botocudo, mas de quem quer manter o poder, eles perceberam que seria uma coisa simbolicamente importante colocar uma mulher como ministro. É verdade que educação sempre foi considerada seara das mulheres no Brasil. Acho que seria bom colocar uma mulher no Ministério do Exterior, como há em tantos países. A Golda Meir, em Israel, foi ministro durante tantos anos. Mas, apesar disto ser importante, precisamos dar outro passo. É preciso que exista não apenas uma mulher ministro, mas que a participação da mulher seja muito maior do que é atualmente. No Senado há duas mulheres, ambas suplentes, que chegaram lá por via quase de acaso; não foram elas que capitanearam os votos. Mas isto também vai mudar. Nós temos feito em São Paulo certo esforço no sentido de colocar mais mulheres nas chapas, mas é insuficiente ainda. É preciso que se criem também algumas áreas de preocupação deliberada do Governo sobre a questão feminina. Na França existe um Ministério que se ocupa disso. Não sei qual seria a forma ideal, um ministro ou não, e não creio que fosse uma coisa para cuidar, simplesmente, da mulher, isolada do homem, mas para verificar a igualdade de tratamento em toda parte. Um órgão que suscitasse o problema das mulheres.

Existe um projeto da deputada Lúcia Viveiros, sobre a criação do Ministério da Mulher.

- Exato. Mas precisamos ver como vai se colocar esse Ministério. Acho que deve ser um órgão que não se restrinja: aqui é o reino das mulheres. Aí ficaria uma separação inaceitável, muito discriminatória também. Deveria ser um Ministério que se ocupe de ver nos outros Ministérios como está a participação das mulheres. Esta questão, aqui no Brasil, nunca foi apreciada com profundidade.

³⁰ Da entrevista a Arlete Bonelli, *Jornal de Brasília*, 12 de setembro de 1982.